



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026

Horário: 09:45

No dia 06 de março de 2026, às 09:45 da manhã, compareceram, presencialmente, à sala 305-M do Anexo I, o Desembargador Renato Marques da Costa, Presidente da Comissão, o servidor Neilto dos Santos Barreto Filho e, telepresencialmente, o Dr. João Paulo da Silva Bezerra, as servidoras Aline Costa Rauen e Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha, todos integrantes da Comissão Permanente de Ética - CPE, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 856/2024, além da servidora Leticia Marinho Eglem de Oliveira, integrante da equipe técnico-administrativa do referido colegiado, conforme deliberação ocorrida na reunião do dia 30 de janeiro do ano corrente.

Iniciada a reunião, o Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, a declarou instalada e passou a palavra à servidora Leticia Eglem para apresentação e discussão dos itens da pauta.

A servidora iniciou a explanação do relatório mensal referente ao mês de fevereiro de 2026, informando que, no período de referência, a CPE não recebeu novas Notícias (denúncias). Relatou, ainda, que três Notícias (denúncias) permanecem em análise por parte das Corregedorias competentes, todas em regular tramitação.

Na sequência, destacou que a equipe técnico-administrativa concentrou esforços em ações administrativas durante o período, informando que as peças de divulgação da parceria entre a Comissão Permanente de Ética e o Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau foram validadas por ambos os colegiados.

Noticiou que o início da divulgação, nos canais oficiais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) deve ocorrer a partir da segunda quinzena de março de 2026. Na oportunidade, também foi apresentado aos membros o cronograma preliminar da estratégia de divulgação da parceria, o qual foi aprovado pelos presentes.

Dando seguimento à pauta, a servidora Leticia Eglem informou aos integrantes da Comissão sobre os resultados da reunião realizada pela equipe técnica da CPE com a Coordenação Pedagógica da Universidade Corporativa do TJBA (Unicorp), para tratar do calendário de capacitações éticas. Nesse contexto, foi esclarecido que o curso sobre o Código de Ética e Conduta dos Servidores(as) do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA) permanece disponível em caráter permanente na plataforma da Unicorp, todavia os demais cursos, voltados para a temática da ética disponibilizados no ano anterior terão suas inscrições abertas de forma progressiva, com previsão inicial para a segunda quinzena de março.

Diante disso, a servidora Leticia Eglem propôs a ampla divulgação dessas capacitações, sugerindo que, a cada novo curso ofertado pela Unicorp, a Assessoria de Comunicação (Ascom) realize publicações nos canais oficiais do TJBA para ampliar o alcance das informações e porventura o índice de participação.

Na mesma linha, o servidor Neilto Barreto Filho trouxe a discussão acerca da disponibilização, pela Unicorp, de treinamento específico para os membros do colegiado, em conformidade com o disposto no art. 21 da Resolução TJBA nº 03/2023. Nesta perspectiva, a

Rauen



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026
Horário: 09:45

servidora Leticia esclareceu que o curso “Formação de Gestores do Poder Judiciário em Sistemas de Integridade e Compliance” havia sido inicialmente considerado para atendimento emergencial dessa exigência normativa, porém encontra-se temporariamente indisponível.

Em razão disso, a servidora Leticia Eglem propôs a realização de nova reunião com a Coordenação Pedagógica da Unicorp, com o objetivo de desenvolver curso específico para os membros da Comissão, em conformidade com a Resolução nº 03/2023. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Na sequência, a servidora Carmem Rocha informou que o curso sobre o Código de Ética vem sendo utilizado também como estratégia no programa de “Boas-Vindas” para novos servidores, bem como no programa de requalificação de servidores e colaboradores que mudam de lotação. A servidora noticiou, ainda, que, como integrante da Unicorp, recebeu retornos positivos por parte dos cursistas em relação à aludida atividade instrutória.

Ainda sobre o tema, a servidora Carmem Rocha também sugeriu que a CPE solicite à Unicorp os resultados formais das avaliações de reação realizadas pelos cursistas, por se tratar de indicador relevante para a rastreabilidade do curso e para subsidiar futuras tomadas de decisão. A sugestão foi acolhida pelos presentes.

Dando continuidade, a servidora Leticia Eglem informou que a solicitação de cadastramento do endereço eletrônico da Comissão Permanente de Ética, bem como a disponibilização das listas de transmissão existentes, com a finalidade de viabilizar o envio, por meio de disparo eletrônico, de conteúdo educativos e orientativos relacionados ao Código de Ética e Conduta do PJBA, encontra-se em andamento, aguardando resposta da Secretaria de Tecnologia e Modernização (Setim) quanto ao deferimento do pleito.

Em relação ao Ranking de Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Portaria CNJ nº 468/2025, a servidora relatou que, na condição de representante da Comissão nas reuniões técnicas promovidas pela Comissão de Gestão do Portal da Transparência, os itens de competência do colegiado (atas e resultados) estão devidamente publicados e em conformidade com os critérios estabelecidos na portaria do CNJ mencionada.

Na sequência, foi esclarecido que a equipe técnico-administrativa da CPE solicitou à Ascom a atualização dos materiais educativos já existentes, como a cartilha do Código de Ética e o Caderno Orientativo, bem como a elaboração de novos *cards* institucionais: um voltado à divulgação do Canal de Notícias (denúncias) e outro destinado a reforçar a competência preventiva do colegiado como instância consultiva, o que se entendeu por oportuno, considerando que, no período, não houve recebimento de novas consultas. A produção desses materiais encontra-se em andamento.

Araven



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026
Horário: 09:45

Posteriormente, foi apresentado aos membros o cronograma preliminar de divulgação dos novos materiais, com previsão inicial para a segunda quinzena de março, o qual foi aprovado.

Ainda no âmbito da comunicação institucional, a servidora Leticia Eglem sugeriu a atualização da página da Comissão, com a inclusão de um ícone denominado "Carta de Serviços", no espaço destinado às campanhas orientativas, reunindo em um único ambiente o Caderno Orientativo, o *card* do Canal de Notícia (denúncia) com respectivos *links* e *QR Code*, o *card* de instância de consulta e o *folder* explicativo do procedimento restaurativo, com o objetivo de facilitar o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pela Comissão. A proposta foi validada por todos.

Informou-se, também, que será solicitado aos Serviços Gráficos a impressão, em quantidade reduzida, desses materiais, a fim de compor o *kit* institucional destinado aos representantes que participam de visitas correicionais, conforme estratégia debatida e aprovada em reuniões anteriores.

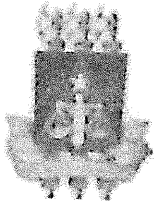
No tocante à primeira recomendação a ser emitida pela Comissão, os membros validaram o novo texto revisado, elaborado a partir das orientações do Des. Presidente e debates em encontros anteriores. Na ocasião, o servidor Neilto Barreto Filho sugeriu que a estratégia de divulgação utilize recursos lúdicos e linguagem simples, além dos meios convencionais. O texto será encaminhado à Ascom para posterior publicação na página institucional da CPE.

Em relação à nova campanha institucional da Comissão para 2026, a servidora Leticia Eglem retomou a proposta apresentada anteriormente pelo servidor Neilto Barreto Filho, no sentido de que o tema esteja alinhado ao Sistema de Integridade do PJBA, instituído pelo Decreto Judiciário nº 76/2026.

Nesse contexto, foram apresentados pontos de interconexão entre a atuação da Comissão e os pilares do Sistema de Integridade, especialmente quanto ao: Código de Ética e Conduta como normativo orientador das condutas esperadas e vedadas; a promoção de capacitação e treinamento; os canais de denúncia; e os procedimentos de diligência prévia à nomeação de agentes públicos.

A servidora apresentou, então, uma proposta inicial de campanha institucional, com o objetivo de evidenciar a atuação da Comissão dentro do Sistema de Integridade, destacando seu caráter preventivo, orientador e estratégico, por meio de ações comunicacionais voltadas à promoção da ética e integridade como práticas cotidianas, ao estímulo à consulta prévia ao colegiado, à divulgação do funcionamento do Sistema de Integridade e ao incentivo ao uso responsável do Canal de Notícias (denúncias).

Daiane



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026
Horário: 09:45

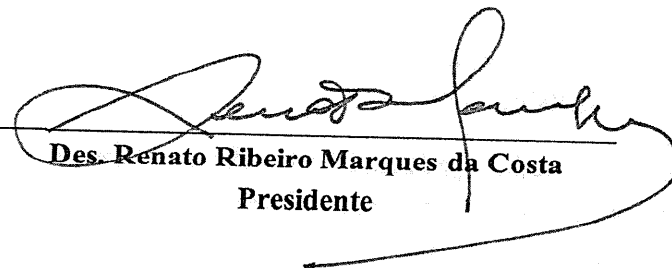
Diante disso, o Desembargador Presidente propôs apresentar o esboço da campanha ao gestor do Sistema de Integridade, com o objetivo de avaliar a viabilidade de ações conjuntas e o desenvolvimento de novas iniciativas. A proposta foi confirmada por todos os presentes.

No tocante ao Decreto Judiciário nº 146/2026, que dispõe sobre a instituição, composição e funcionamento de colegiados no âmbito do PJBA, a servidora Letícia Eglem, em consonância com análise do servidor Neilto Barreto Filho informou que a Comissão vem desempenhando suas atividades em conformidade com as diretrizes estabelecidas no normativo, restando apenas ajustes pontuais no relatório anual e no plano de trabalho, especialmente quanto à adequação de nomenclaturas e ao aprimoramento da diretriz de rastreabilidade entre propostas do colegiado e decisões administrativas ou normativas que delas resultarem.

Na sequência, iniciou-se a discussão sobre a elaboração do Plano de Trabalho 2026–2027. Após análise do plano-base, deliberou-se que o novo documento será estruturado por metas, de forma a permitir melhor monitoramento das atividades do colegiado e adequação às diretrizes do Decreto nº 146/2026.

Por fim, foi agendado para o dia 17 de abril, às 9:30h da manhã, a próxima reunião ordinária da Comissão Permanente de Ética.

Assim, eu, **Daiane de Jesus Gama**, de ordem do Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, subscrevo e encerro a presente ata de reunião com a assinatura de todos os presentes.


Des. Renato Ribeiro Marques da Costa
Presidente

JOAO PAULO DA SILVA
BEZERRA:9694552

Assinado de forma digital por JOAO PAULO DA
SILVA BEZERRA:9694552
Dados: 2026.03.20 17:16:01 -03'00'

Dr. João Paulo da Silva Bezerra
Juiz de Direito eleito pelos Magistrados

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026

Horário: 09:45


Dr. Eduardo Carlos de Carvalho

Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria Geral de Justiça

AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

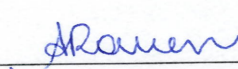
Dr. Moacir Reis Fernandes Filho

Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria das Comarcas do Interior




Néilton dos Santos Barreto Filho

Servidor indicado pelo Tribunal Pleno-Secretário da CPE



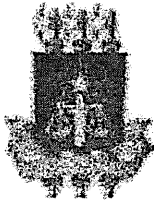
Aline Costa Rauen

Servidora indicada pela Secretaria de Gestão de Pessoas



Carmen Sílvia Bonfim dos Santos Rocha

Servidora indicada pelos Sindicatos e Associação dos Servidores



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética
Redatora: Daiane de Jesus Gama
Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 06/03/2026
Horário: 09:45

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Antônio Nilson Euzébio dos Santos
Servidor eleito em votação direta pelos Servidores